



ANDES, que representa os docentes (na foto, durante o 53º CONAD), também quer volta da CNESF

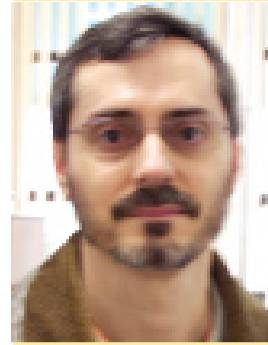
CNESF pode ser reativada

A reativação da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF), a partir de uma reunião prevista para a primeira quinzena de agosto, foi uma das principais ações propostas pelas direções e oposições sindicais dos sindicatos nacionais de servidores públicos que participaram do 1º Congresso da Conlutas, de 2 a 6 de julho, em Betim (MG). Na plenária da qual participaram cerca de 400 servidores públicos federais, foi aprovado um eixo de ação que prevê, entre outras medidas, o apoio à luta do ANDES-SN pela obtenção do registro sindical definitivo e o combate à privatização do serviço público, configurada no PLP-92/07 que cria as fundações estatais de direito privado.

Conforme o membro do GT – Serviço Público da Conlutas, Paulo Barela (ASSIBGE-SN), o eixo de luta do setor prevê também o combate ao PLP-01/07, que limita os gastos da União com despesas de pessoal, o que causa o congelamento salarial e a retirada de direitos dos servidores, e à

proibição do direito de greve no serviço público, por meio da regulamentação da lei de greve (Lei Camata), que o governo Lula tenta aprovar no Congresso Nacional.

Barela afirma que, além dessas resoluções aprovadas pelos delegados da Conlutas, a plenária dos SPFs incorporou também a luta contra o Acórdão 2151/05 do Tribunal de Contas da União – TCU, que define a não correção dos valores das ações judiciais, promovendo o congelamento no custo das mesmas. Conforme afirmou o 1º vice-presidente da regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN, Fernando Molinos Pires, durante a plenária, os servidores públicos têm que sair da condição de reféns, imposta pelo governo, principalmente a partir do acordo assinado com sindicatos e centrais 'pelegas' neste ano, que congela os salários dos servidores até 2010. “Temos que partir para a ofensiva, e a ofensiva exige organização. Por isso, precisamos rearticular a CNESF”, defendeu Pires.



Ricardo Fajardo, 46 anos, Professor do Departamento de Matemática.

“Eu não concordo, acho que a privacidade é muito importante. Eu concordaria se fosse aplicada também aos senadores e deputados federais e estaduais. Porque razão para nós, funcionários públicos? Privacidade para todos ou a aplicação da lei para todos. Igualdade acima de tudo”.

José Leonir Cardoso Porto, Assistente Administrativo.

“Tudo o que for para melhorar a transparência, eu concordo. Quanto mais transparência, melhor para todo mundo”.



* A proposta a ser apreciada no Congresso Nacional, originalmente teve como autor o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), mas teve um substitutivo do senador gaúcho Pedro Simon (PMDB). A proposta é que “os servidores que ocupam funções, cargos e empregos públicos, de qualquer natureza, e as empresas contratadas pela administração pública poderão ter suspensos os direitos de sigilos bancário e fiscal, durante o período de vigência do vínculo empregatício ou da relação contratual”. Se aprovada, a medida deve atingir especialmente os ocupantes de cargos eletivos, ou seja, no Poder Executivo e no Legislativo.

ELES DISSERAM

“Tenho sido retratado como linha-dura, carrasco, e isso me chateia. Não sou carrasco, sou juiz, aplico a lei”. (Fausto Martin De Sanctis, juiz da 6ª Vara Federal de São Paulo, sobre a repercussão do caso Satiagraha. Carta Capital, 23 de julho de 2008).

“Esta é a hora de reivindicar salários, aumentos de conquistas e mais direitos”. (Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, em discurso a sindicalistas. Zero Hora, 04 de agosto de 2008).

“Essas práticas constituem crimes comuns, e não políticos, e por isso seus autores não podem ser beneficiados pela Lei da Anistia”. (Tarso Genro, ministro da Justiça, sobre as torturas do regime militar. Zero Hora, 01 de agosto de 2008).

Boicote governista

A partir da reunião programada para agosto, a Coordenação dos Servidores Federais abrirá suas reuniões para os representantes dos sindicatos e associações de base. O objetivo é permitir que todas as categorias de servidores públicos federais sejam representadas na coordenação, já que os sindicatos nacionais ligados à CUT não tem atendido aos chamados das reuniões, como forma de boicotar as iniciativas anti-governistas.

A CNESF foi criada para articular as entidades nacionais de servidores públicos federais. Não possui personalidade jurídica e seu comando é exercido pela direção nacional das entidades filiadas, com o objetivo de unificar as ações das diversas categorias, aumentando seu poder de intervenção. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a CNESF cumpriu o importante papel de denunciar a política de desmonte do Estado brasileiro e de unificar as reivindicações dos servidores públicos federais. Após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, a Coordenação comandou a primeira greve do novo governo, à

frente de 11 entidades que representavam 800 mil servidores públicos. Entretanto, com a adesão incondicional da CUT ao governo Lula, a CNESF tem sofrido toda espécie de boicote por parte dessa central governista, o que acabou resultando no seu esvaziamento.

Calendário de Lutas

Além da reunião da CNESF, os servidores públicos federais presentes à plenária aprovaram a realização, também em agosto, de um dia de luta em defesa da paridade salarial entre todos os trabalhadores do serviço público. No final do mês, eles organizarão a plenária dos SPFs. Para setembro, os servidores programaram o início das mobilizações, prevendo, inclusive, paralisações, em defesa dos salários e dos direitos. A atividade já está incorporada ao calendário de lutas aprovado pelo 1º Congresso da Conlutas. Também para o segundo semestre, os servidores agendaram um encontro conjunto do funcionalismo federal ligado à Conlutas e à Intersindical.